



A EPISIOTOMIA DE ROTINA RELACIONADA A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

**SOUZA, José Eliel de Lima;
PROENÇA, Luciana Ferraz;
JUNIOR, Roberto Ramos de Barros;
MACEDO, Daniela Cristina**

RESUMO

A experiência do nascimento de um filho para uma mulher está relacionada ao próprio renascimento, representando para muitas, um dos momentos mais intensos de sua vida. Por isso, o parto deve ter a assistência centrada nas necessidades das mulheres, considerando seus direitos e a sua participação ativa no processo de parturição. Um fato que vem sendo muito discutido e relacionado à violência obstétrica é a episiotomia. A episiotomia é definida como uma incisão cirúrgica realizada na região perineal para ampliar o canal de parto e sua prática foi introduzida no século XVIII por Sir Fielding Ould (1742), obstetra irlandês, para ajudar no período expulsivo em partos complicados. Este artigo tem como principal objetivo evidenciar a episiotomia de rotina como uma violência obstétrica que além de agredir o corpo da mulher e trazer riscos a sua saúde, fere os seus direitos sexuais e reprodutivos, e sua autonomia sobre seu corpo num momento especial que é o parto. Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada através de acesso a revistas e artigos retirados da base de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO), indexados sobre a temática escolhida. Através da análise de índices e entrevistas, percebe-se que há uma abordagem diferente da paciente conforme sua classe social. Muitas mulheres assistidas pertencem a classes sociais mais baixas, e nesses casos a episiotomia é utilizada com mais frequência, pois devido à falta de informação, não se é esperado que a paciente questione as atitudes do médico. Analisando de uma perspectiva social, a situação varia de acordo com a cor da pele, classe econômica, renda e escolaridade das pacientes. Em alguns serviços de saúde, considera-se que as mulheres são incapazes de opinar no seu processo de parto e tomar decisões sobre seu próprio corpo. Tendo em vista todas essas questões, faz-se necessário a adoção de políticas públicas de saúde que imponham aos médicos uma atualização na área de parto e nascimento, atualização esta que trará mais segurança e autonomia para as pacientes, partindo da comunicação e esclarecimento sobre como o parto correrá, para que elas tenham o conhecimento sobre o processo ao qual serão submetidas. Evidencia-se a necessidade de curso de capacitação profissional para a equipe que presta assistência a gestante, especialmente para aquelas com formação mais antiga. Além disso, é necessário a orientação das pacientes sobre seus direitos e possíveis intercorrências no momento do parto, informando as mesmas sobre o respeito que os profissionais de saúde devem ter aos seus desejos e valores. Essa orientação pode ocorrer, por exemplo, em unidades básicas de saúde, com palestras educativas, cartazes ou mesmo a disseminação de vídeos em mídias sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Obstetrícia; procedimento cirúrgico; saúde da mulher